

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO DE BOVINOS, BÚFALOS, PEQUENOS
RUMINANTES E DERIVADOS EM ESTABELECIMENTOS SOB CHANCELA DA
INSPEÇÃO ESTADUAL (SIP/POA)

Código: MAN/DPAV/003

Versão 001

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.
Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro
Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003
Versão 001
Data de emissão: 04/12/2024
Página 1 de 33

1. OBJETIVO

O objetivo deste manual é orientar a execução das atividades de inspeção de bovinos, búfalos, pequenos ruminantes e derivados no âmbito do Serviço de Inspeção Estadual do Paraná assegurando a eficácia dos controles oficiais e promovendo a uniformidade dos procedimentos executados.

Assim, servirá de guia aos Médicos Veterinários Inspectores (MVI) dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção do Estado do Paraná / Produtos de Origem Animal (SIP/POA) na execução de suas atividades de inspeção das bovinos, búfalos e pequenos ruminantes e derivados, no âmbito do SIP/POA.

2. OBRIGAÇÕES

Os médicos veterinários inspetores dos estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal – DPAV da ADAPAR, devem:

- a) Estar presente do início ao término das atividades inerentes ao abate, incluindo os procedimentos de higienização pré e pós-operacional;
- b) Confirmar o recebimento dos animais no Sistema Informatizado da ADAPAR, tendo como referência as Guias de Trânsito Animal (GTAs);
- c) Desenvolver a rotina de inspeção *ante mortem* e *post mortem*, coleta de amostras, assim como a utilização de modelos de planilhas e demais documentos previstos neste Manual;
- d) Disponibilizar, sempre que requerido pelos proprietários dos animais abatidos, laudo em que conste as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas nas carcaças durante a inspeção sanitária e suas destinações;
- e) Não autorizar o início do abate sem que haja funcionários em número suficiente para o bom andamento do processo;
- f) Controlar a numeração de lacres, previamente aprovados pela Adapar, utilizados em equipamentos, salas, portas de saídas de emergência, caminhões e cargas. A numeração dos lacres será única e de forma sequencial crescente, composta de 4 dígitos numéricos (0001 a 9999), seguida pelo número e letra de registro do estabelecimento no DPAV (ex.: 0001/XXXX-F);
- g) Ser responsável pelo treinamento e controlar as atividades dos auxiliares de inspeção sob sua tutela;
- h) Abrir Registro de Não Conformidade (RNC) diante dos desvios observados durante o abate e acompanhar o cumprimento das ações corretivas;
- i) Comunicar os Fiscais da ADAPAR, imediatamente, quando da emissão de uma RNC que expõe em risco a saúde pública ou tenha sido motivo de dolo ou má-fé;

- j) Comunicar os Fiscais da ADAPAR, durante a fiscalização do estabelecimento, todas as RNCs geradas no período entre as fiscalizações;
- k) Emitir certificado sanitário quando a legislação prever;
- l) Enviar ao Fiscal de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização do estabelecimento, os relatórios mensais até o 5º dia útil do mês subsequente;
- m) Notificar à ADAPAR, em modelo padronizado (Formulário de Achados de Importância em Saúde Pública e Animal), as doenças de notificação obrigatória de impacto para a saúde pública ou defesa sanitária animal, conforme prevê a Instrução Normativa nº 50 de 24 de setembro de 2013.

3. INSPEÇÃO ANTE MORTEM

3.1. OBRIGAÇÕES

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro, bem como de padronizar procedimentos junto à ADAPAR, apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros.

A inspeção *ante mortem* contempla a verificação da documentação dos animais com a avaliação das suas condições de saúde, de forma individual ou em lote, por meio do exame visual e por meio do exame clínico quando este último for necessário.

O abatedouro frigorífico é responsável pela recepção dos animais, avaliação dos documentos de trânsito animal e demais informações que os acompanham. Esses procedimentos devem estar contemplados nos seus programas de autocontrole.

A inspeção *ante mortem* é atribuição do MVI, podendo ser assistido por Auxiliares de Inspeção (AI) Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, em conformidade com as devidas competências legais.

Para a realização da inspeção *ante mortem*, caberá aos FDA, MVI ou AI a verificação da documentação de procedência dos animais apresentada pelo abatedouro frigorífico. Essa documentação deve ser fornecida pelo abatedouro frigorífico ao MVI, em conformidade com o art. 89 do Decreto nº 9.013 de 2017.

Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados pelo estabelecimento, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos Em Portarias da Adapar e em normas complementares, o controle de matéria prima, incluindo bovinos, búfalos e pequenos ruminantes vivos, rastreabilidade e o bem-estar animal estão contemplados dentre os programas de autocontrole mínimos exigidos.

A Adapar deverá avaliar se o abatedouro frigorífico contempla, nos programas de autocontrole, os procedimentos de recepção e segregação de bovinos, búfalos e pequenos ruminantes, nos casos aplicáveis, além do registro e monitoramento de informações essenciais como: lote, Identificação das Guias de Trânsito Animal (GTAs) de saída do estabelecimento de criação, currais de alojamento no abatedouro, número de animais declarados na GTA, número de animais recebidos, eventuais discrepâncias na GTA a serem comunicadas ao emissor da GTA para providências, eventuais justificativas e ações tomadas pelo abatedouro e emissor da GTA, data e hora do recebimento, data e hora da “liberação para abate” (considerando o término do jejum e dieta hídrica), identificação do lote, identificação individual do(s) bovino(s) e o motivo da segregação.

Devem ser cotejadas as informações e os dados apresentados quanto aos animais recebidos e quanto aos requisitos legais específicos, bem como avaliadas a autenticidade e a integridade física dos documentos.

Na GTA devem ser verificados os dados obrigatórios de procedência, destino, número e série do documento, identificação do emitente, número de animais, faixa etária, sexo, finalidade e informações complementares, de acordo com as normas do Departamento de Saúde Animal da Adapar, bem como as informações sobre vacinação obrigatória e se há restrições sanitárias ou de indicações de programas oficiais, como em violações no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC).

3.2. DOCUMENTAÇÃO

Como parte da inspeção ante mortem documental, o MVI deverá considerar em sua avaliação, no mínimo, os seguintes documentos apresentados pelo abatedouro em atendimento às normas aplicáveis:

a) Programação diária das atividades, contendo o quantitativo de animais a serem abatidos, incluindo as eventuais sobras de dia anterior, bem como as origens deles, os horários previstos para início e término das operações, objetivando a elaboração das escalas de trabalho pela equipe de inspeção. As informações deverão ser registradas em formulário ou documento onde conste, de forma sumarizada, todas estas informações. A referida programação deve ser apresentada com antecedência ao MVI, sendo o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto das atividades;

b) A apresentação da documentação acima deverá ocorrer em tempo hábil de forma a permitir a verificação pelo MVI, antes da realização da inspeção ante mortem, sendo que a documentação poderá, conforme interesse da equipe de inspeção, ser solicitada, no dia anterior ao abate. A documentação original deve ser impressa e arquivada pelo abatedouro frigorífico, sendo que somente será considerada válida a documentação que apresentar a assinatura manuscrita, digital ou eletrônica, com a validade jurídica necessária para o ato declaratório, considerando a competência definida pelas normas para a assinatura de cada documento. Uma cópia da planilha de recebimento dos animais deverá ser arquivada pelo MVI.

O operador do abatedouro frigorífico, responsável pelo recebimento dos animais, irá registrar as informações mínimas de interesse da inspeção em formulários específicos contemplados em seus programas de autocontrole. As GTAs, os BSs, as documentações sanitárias complementares, bem como os registros de autocontrole, ficarão sob a guarda do abatedouro frigorífico e deverão estar disponíveis

para avaliação e auditoria sempre que requeridos pelo FDA ou MVI.

Com relação à avaliação documental caberá ao MVI:

- a) Avaliar a conformidade da programação de abate em relação à legislação vigente, bem como o atendimento às normas emitidas pela Adapar, no âmbito do abatedouro frigorífico;
- b) Avaliar os documentos como parte do exame ante mortem documental, conforme as competências e os procedimentos definidos;
- c) Avaliar a conformidade da documentação e dos autocontroles aplicados na recepção dos animais para o abate em relação à conformidade das informações sanitárias e do trânsito animal; e
- d) Adotar ações necessárias no caso de identificação de não conformidades de ordem sanitária ou de não conformidades nos autocontroles.

3.2.1. DOCUMENTAÇÃO DE TRÂNSITO DOS ANIMAIS

Considerando a necessidade de se estabelecer orientações sobre a documentação de trânsito de animais destinados ou oriundos de abatedouro frigorífico, bem como de padronizar procedimentos junto aos Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária (ADAPAR), apresentamos os procedimentos a serem adotados nos abatedouros frigoríficos, conforme descritos no Ofício - Circular Conjunto nº 01/2021/DSA/DIPOA/SDA/MAPA, de 28 de janeiro de 2021

Emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para saída de animais de abatedouro

Toda GTA de saída de animais de abatedouro somente poderá ser confeccionada a partir de GTA emitida para a movimentação dos animais para o referido estabelecimento, e terá como origem o abatedouro onde se encontram os animais; e

A GTA de saída, que poderá ser solicitada formalmente pelo responsável legal pelo abatedouro, será emitida pela Adapar e conterá, no campo aberto, o número e série, e a data de emissão da GTA de origem, o número real de animais recebidos, a data de chegada e o número de animais a serem devolvidos.

Divergências entre informações das GTA emitidas com finalidade de abate e dos animais recebidos no abatedouro

Havendo constatação de divergência entre quantidade ou sexo dos animais recebidos no abatedouro frigorífico e o descrito na GTA de origem, o abatedouro frigorífico deverá realizar os procedimentos de avaliação de procedência e, caso necessário, de consulta junto ao ADAPAR e ao proprietário e, se aplicável, segregar o lote de animais até que sejam apresentados os documentos que comprovem a procedência dos animais recebidos em número divergente ao descrito na respectiva GTA.

Para avaliação de procedência, deverão ser utilizados os seguintes indicativos: marca a fogo; tatuagem;

brinco; nota fiscal do produtor; características gerais dos animais (lotes heterogêneos), incluindo raça, linhagem, porte, idade, escore corporal, entre outros.

Diante da constatação de divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja inferior ao descrito na GTA de origem, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI que fará a confirmação do número de animais recebidos.

Quando houver a divergência na quantidade, cujo número de animais recebidos seja maior, e após a avaliação da procedência pelo abatedouro frigorífico, são possíveis as seguintes conclusões:

a) Indicativo de que os animais recebidos são procedentes da exploração pecuária informada na GTA de origem:

- O abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles e comunicar o fato ao MVI e ao produtor, que adotará providências junto ao ADAPAR para regularização da situação cadastral, e esse emitirá documento comprobatório a ser apresentado ao MVI que autorizará o abate do lote de animais recebidos naquelas condições; e

b) Na hipótese de dúvida quanto à procedência dos animais, o abatedouro frigorífico deverá registrar a ocorrência em seus controles, notificar o produtor, comunicar a ocorrência ao MVI e manter os animais segregados:

- O responsável legal pelo abatedouro frigorífico ou o produtor deverá entrar em contato com o ADAPAR para regularização da situação cadastral, mediante apuração pertinente;
- Comprovada a procedência dos animais e regularizada a situação cadastral, o ADAPAR emitirá documento comprobatório que será entregue ao abatedouro frigorífico, para fins de regularização documental para liberação do abate; e

c) Não sendo possível a comprovação de procedência, o ADAPAR deverá definir a destinação dos animais.

d) O lote ficará segregado até ulterior deliberação do órgão executor responsável pela emissão da GTA, para definição da destinação dos animais.

e) A regularização não poderá ocorrer por meio de emissão de uma nova GTA ou “GTA complementar”, e deverá constar, no documento comprobatório emitido pelo ADAPAR, a informação de que não existiam restrições documentais e sanitárias para o trânsito dos animais para o abate e a propriedade possuía saldo de animais suficiente quando do momento do trânsito.

f) Após a verificação dos documentos, o MVI dará prosseguimento ao exame *ante mortem* dos animais destinados ao abate, procedendo ao seguinte:

- Verificar a(s) ficha(s) do(s) curral(is) e sua descrição quanto a quantidade, sexo e espécie dos animais alojados;

- Examinar visualmente os animais, observando a sua movimentação, coordenação motora e demais aspectos externos;
- Segregar aqueles animais que tenham apresentado qualquer sinal de anormalidade para um exame mais detalhado no curral de observação. O exame mais detalhado inclui a auscultação, termometria, palpação e outros procedimentos os quais justifiquem a destinação do animal; e
- Assinar a(s) ficha(s) do(s) curral(is) após a verificação, anotando o horário individualmente em cada ficha de curral, da execução do exame *ante mortem*.

Sempre que for constatada a suspeita de enfermidades de notificação obrigatória, conforme disposto na Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24 de setembro de 2013, ADAPAR deve ser comunicada.

Após a inspeção *ante mortem*, os animais poderão ser destinados ao abate, segregados para o abate de emergência ou destinados à necropsia.

Ações do MVI em caso de abate de animais sem documento de trânsito

São consideradas cargas de animais sem documento de trânsito, as cargas que transitaram sem qualquer emissão prévia de documento (GTA ou autorização de abate ou sacrifício emitido pela ADAPAR) que respaldasse o trânsito daquele lote, neste caso deverão:

- a) Impedir o descarregamento destes animais e;
- b) Comunicar à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;

Na hipótese de recepção de animais na condição disposta no item “a”, caberá:

- a) Segregação do lote, se a constatação for realizada pelo abatedouro, com comunicação ao MVI ou sequestro do lote, se a constatação for realizada pelo MVI durante a inspeção *ante mortem*;
- b) Comunicação à ADAPAR, para conhecimento e providências cabíveis;

No caso de impossibilidade de identificação de procedência, os animais serão destinados ao abate em separado (final do abate) e todos os produtos gerados devem ser destinados a destruição, não cabendo envio para aproveitamento em estabelecimentos fabricantes de farinhas e produtos gordurosos destinados à alimentação animal, uma vez que se desconhece a situação farmacológica desses animais, em especial quanto as drogas utilizadas, o respeito aos prazos de carência, o uso realizado conforme a bula e o não uso de fármacos proibidos, o que traz risco potencial de resíduos nesses produtos de abate, o que, por sua vez poderia contaminar toda a cadeia;

Os abatedouros deverão manter atualizado o contato da Escritório Local da ADAPAR da ADAPAR do município onde estão localizados.

3.3. Procedimentos de vigilância sanitária de doenças dos animais, a serem executados em

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.
Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro
Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003
Versão 001
Data de emissão: 20/09/2025
Página 37 de 33

estabelecimentos de abate

I - Exame dos animais:

Uma vez obtidas as informações sobre os lotes de animais recebidos, será realizado o exame para determinar a condição de saúde dos animais.

Para a execução destes procedimentos, o Fiscal de Defesa Agropecuária (FDA) com formação em medicina veterinária ou MVI devem utilizar-se dos seus conhecimentos semiológicos e clínico-patológicos. Além disso, os estabelecimentos devem dispor de instalações, equipamentos e utensílios próprios e exclusivos para a finalidade.

Sempre que necessário, o MVI pode requisitar que o estabelecimento designe um funcionário para movimentar os animais, de forma a permitir uma melhor avaliação durante a inspeção *ante mortem*.

O exame deverá ser feito em um local que permita a completa visualização de todos os animais alojados nos currais de abate.

O exame deverá ocorrer no menor intervalo de tempo possível a partir da chegada dos animais (inspeção) e será repetido no caso de um período superior a 24 (vinte e quatro) horas entre a primeira avaliação e o momento do abate (reinspeção) conforme disposto nos § 4º e 5º do art. 90 do Decreto nº 9.013 de 2017.

Durante o exame, será realizado o preenchimento da data e hora, individualmente, em cada Ficha de Curral (FORM DPAV 010- FICHA DE CURRAL) da realização da inspeção *ante mortem* e deverá ser observado se os animais apresentam sinais de sofrimento ou alguma restrição para o abate normal, sejam doenças, lesões, parto recente, gestação adiantada ou indicativo da aplicação recente de medicamentos. Podem ser solicitadas informações complementares com fins de respaldo à avaliação e à destinação dos animais.

O MVI deverá estar atento a condições que impeçam o fluxo normal de abate, tais como: animais debilitados, prostrados, mortos, suspeitos ou declarados documentalmente como portadores de alguma doença infectocontagiosa.

Sob tais condições, esses animais deverão ser segregados e submetidos a procedimentos específicos, como o abate de emergência ou a necropsia, sempre com fins de reduzir o sofrimento e a disseminação de possíveis agentes patológicos.

Aqueles animais que apresentarem sinais e sintomas de doenças infectocontagiosas ou quaisquer casos suspeitos, ou, ainda, que necessitem de um exame mais detalhado, à juízo do MVI, devem ser identificados e segregados no curral de observação. A depender do caso, pode ser necessária a segregação de todo o lote de animais.

Esses casos suspeitos serão submetidos à avaliação por MVI, possibilitando um exame clínico mais detalhado, uma necropsia ou outros procedimentos, com a finalidade de diagnosticar e determinar a

destinação.

Quando forem identificados animais suspeitos de zoonoses ou enfermidades infectocontagiosas, ou animais que apresentem reação positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deverá ser realizado em separado dos demais animais, adotando-se as medidas profiláticas cabíveis.

Conforme exposto acima, após a verificação dos documentos que respaldam os animais recebidos pelo estabelecimento, o MVI realizará o exame *ante mortem* de forma que os lotes considerados aptos seguirão para o abate normalmente, após o cumprimento do tempo de descanso e jejum. Será realizado preenchimento da Ficha de Curral (FORM DPAV 010 - FICHA DE CURRAL) com a respectiva data e hora da realização da inspeção *ante mortem* de cada respectivo curral.

A autorização para o início do abate pode ocorrer após a realização da inspeção *ante mortem* dos lotes dispostos na escala. O MVI pode intervir no processo, a qualquer momento, considerando eventuais situações envolvendo enfermidades, abate humanitário, entre outras, tendo em vista que estas situações podem ocorrer ou serem identificadas após a retirada dos animais dos currais.

Os documentos oficiais para registro da autorização do abate é a Ficha de Curral (FORM DPAV 010 - FICHA DE CURRAL) e o Formulário Registro da Inspeção Ante Mortem (FORM DPAV 013 - FORMULÁRIO INSPEÇÃO ANTE MORTEM).

No Formulário Registro da Inspeção Ante Mortem (FORM DPAV 013 - FORMULÁRIO INSPEÇÃO ANTE MORTEM), há informações cuja responsabilidade de seu preenchimento é do abatedouro frigorífico (“frente” do formulário), como por exemplo a informação referente à programação de abate de acordo com a procedência e lotes definidos, currais alojados e pré habilitações. Entretanto, no seu verso, seu preenchimento cabe ao MVI, que, com base nas informações fornecidas pelo estabelecimento, fará os apontamentos e descrições em relação aos animais eventualmente encontrados mortos em viagem ou nos currais; assim como eventuais animais refugados, a exemplo de fêmeas em gestação adiantada ou com sinais de parto recente, não portadoras de doença infectocontagiosa; também são descritas as informações referentes a animais destinados ao abate de emergência, seja nas instalações de abate normal (sala de abate), seja em outras instalações (matadouro sanitário, necropsia); e aqueles destinados ao curral de observação. Ao final, após excluir do total de animais programados para serem abatidos (1): os animais mortos em viagem (2), os animais mortos nos currais (3), os animais refugados (4), os animais que, destinados ao abate de emergência (5) que não tenham adentrado a sala de abate e por fim, os animais retidos (6) no curral de observação (não liberados para o abate), obtém-se o total de animais destinados ao abate (7).

II - Necropsia

Todo animal que chegar morto ou morrer nas dependências do estabelecimento deve ser necropsiado, de acordo com o previsto no art. 97 do Decreto nº 9.013 de 2017.

A necropsia é um procedimento obrigatório para aqueles animais que chegam mortos, têm sua morte no estabelecimento ou que são sacrificados por serem suspeitos ou portadores de doenças infectocontagiosas.

É também uma ferramenta importante no auxílio do diagnóstico das principais enfermidades e lesões que acometem os bovinos, búfalos e pequenos ruminantes, bem como na tomada de decisão e na comunicação oficial sobre eventuais restrições sanitárias, seja do animal ou do lote de animais.

O estabelecimento deve possuir procedimentos de rastreabilidade, que permitam a correlação entre a identificação do animal ou cadáver, quanto ao seu lote de origem.

O MVI deverá realizar a necropsia do animal, já ciente do histórico do seu óbito, e preencher o boletim de necropsia, para fins de definição da possível causa mortis e posterior destinação da carcaça, suas partes e vísceras.

Devem ser observados os cuidados de segurança pessoal durante o procedimento de necropsia, o qual deverá ser auxiliado por funcionários do abatedouro frigorífico, com base no art. 73 do Decreto nº 9.013 de 2017.

Em sala própria para a necropsia, com os materiais e instrumentos necessários, identificados e de uso exclusivo, como facas e ganchos bem afiados, luvas e uniforme específico, e de posse do boletim de necropsia (FORM DPAV 011 - BOLETIM DE NECRÓPSIA) e da ficha técnica de necropsia (FORM DPAV 012 - FICHA TÉCNICA DE NECRÓPSIA), deve ser realizada a necropsia registrando, a cada etapa, os achados observados.

Após a necropsia, o MVI deverá destinar a carcaça, suas partes e vísceras para:

- a) Fábrica de Ingredientes para Alimentação Animal quando os animais não forem portadores de doenças infectocontagiosas. Previamente, deve ser realizada a remoção, segregação e inutilização do Material Especificado de Risco (MER); ou
- b) Incineração ou autoclave quando presentes alterações que identificam uma doença infectocontagiosa, posteriormente ao atendimento por parte do ADAPAR nos casos de enfermidades de notificação obrigatória previstas na Instrução Normativa MAPA nº 50 de 2013.

Devem ser coletadas amostras para análises em atenção aos programas oficiais de sanidade animal, de acordo com os procedimentos determinados na Portaria MAPA nº 651, de 8 de setembro de 2022, para animais com alterações comportamentais ou neurológicas compatíveis com a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), além de se efetuar a comunicação protocolar prevista a cada caso. Nesses casos, as carcaças, partes de carcaças, órgãos, vísceras e demais partes animais, comestíveis ou não comestíveis, e os resíduos dos animais submetidos à coleta de amostra deverão ser inutilizados por meio de incineração ou de autoclavagem em equipamento próprio, ou outro tratamento aprovado pelo DSA/SDA. O MVI deverá manter registros (digitais) fotográficos e filmagens da arcada dentária, assim como da identificação e da condição corporal do animal, incluindo o registro de elementos como marcas a fogo (com destaque para marcas do produtor e o registro de vacinação contra a brucelose), brincos, pelagem, chifres, entre outros, que possam permitir uma adequada rastreabilidade e caracterização individual e clínica do animal.

Poderá ser realizada a coleta de material para diagnóstico conclusivo, conforme as técnicas de coleta,

acondicionamento e envio de acordo com cada suspeita clínico-patológica.

A coleta de tronco encefálico é obrigatória para os casos previstos na Portaria MAPA nº 651 de 2022.

III - Abate de emergência

Sempre que o MVI constatar a necessidade do abate de emergência, sem indícios de nenhuma doença ou lesão que implique no abate em separado, esses animais serão destinados de imediato para o abate. Para isso, a empresa deverá providenciar meios de transporte e de acesso desses animais à sala de abate.

Quando da realização da segregação para avaliação oficial, o estabelecimento deve possuir procedimentos de organização do abate e de rastreabilidade, que permitam a correlação entre a identificação do animal, quanto ao seu lote de origem e os achados *post mortem* devem ser registrados no FORM DPAV 015 - FORMULÁRIOS INSPEÇÃO POST MORTEM - DIF.

Nos casos em que não houver a possibilidade da presença do MVI e sua equipe para a realização do abate de emergência, ou, ainda, caso o estabelecimento entenda que, por razões comerciais e/ou operacionais (quantidade de animais, custo adicional da mão de obra, entre outros) não seja viável o eventual aproveitamento parcial ou condicional da carcaça e partes animais, a empresa poderá realizar o sacrifício do animal, respeitando os princípios de bem-estar animal. O MVI irá realizar posteriormente a necropsia do animal, sendo observado o seguinte:

a) A empresa deverá manter registros auditáveis da operação, contemplando, a condição do animal antes do abate, mantendo registros fotográficos e filmagens da arcada dentária, assim como da identificação e da condição corporal do animal, incluindo o registro de elementos como marcas a fogo (com destaque para marcas do produtor e o registro de vacinação contra a brucelose), brincos, pelagem, chifres, entre outros, que possam permitir uma adequada rastreabilidade e caracterização individual e clínica do animal. Além disso, deve constar a descrição detalhada da ocorrência e as ações adotadas para minimizar o sofrimento do(s) animal(is), incluso o horário do sacrifício. A(s) carcaça(s) do(s) animal(is) deve(m) ser transferida(s), em veículo apropriado, para as dependências de necropsia, para que o MVI realize esta atividade e demais procedimentos a ela inerentes, na primeira oportunidade. Neste caso, a(s) carcaça(s) e seus resíduos serão tratados em conformidade com disposto no art. 100 do Decreto nº 9.013 de 2017; e

b) O estabelecimento deverá identificar e segregar o(s) lote(s) de origem do(s) animal(is) até avaliação pelo MVI e, ainda, investigar a(s) causa(s) da injúria do(s) animal(is) para adoção de medidas preventivas.

O exame clínico para o abate de emergência é efetuado pelo MVI no curral de observação e no brete de contenção. Com o animal contido, poderá ser feita a avaliação clínica completa incluindo a observação, palpação, termometria, auscultação e outras técnicas semiológicas, cujas instalações, os equipamentos e os instrumentos indispensáveis aos procedimentos devem ser fornecidos pelo estabelecimento.

Os animais que apresentem hipotermia ou hipertermia podem ser condenados, levando-se em consideração as condições climáticas, de transporte e os demais sinais clínicos apresentados. Nesse

sentido, é importante considerar que a temperatura normal do corpo varia consideravelmente em animais e depende de fatores como idade, hora do dia, esforço, função reprodutiva, entre outros, assim como a temperatura registrada durante doenças infecciosas pode não ter relação com outros sintomas. Por exemplo, pode não haver nenhuma febre durante a peritonite ou a pericardite. Temperaturas entre 40,0°C e 41,0°C indicam febre moderada e entre 41,0°C e 42,0°C indicam febre alta.

Caso seja constatado que não há nenhuma lesão ou achado que implique no abate de emergência deste animal, o mesmo retornará ao curral de origem para o abate normal.

No caso dos animais portadores de enfermidades infectocontagiosas ou dos animais que apresentem reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotando as medidas profiláticas cabíveis e realizando a identificação dos animais envolvidos e, caso necessário, de todo o lote.

Caso os animais sejam portadores de doenças infectocontagiosas, a ADAPAR deverá ser formalmente comunicada e deverão ser adotadas as ações pertinentes como, por exemplo, isolamento, coleta de material para diagnóstico conclusivo, dentre outras, atendendo à legislação de saúde animal. Dependendo da enfermidade, o lote inteiro será segregado para abate em local próprio.

Atenção especial deverá ser dada àqueles animais que apresentarem sinais clínicos de doenças que acometem o sistema nervoso, pois estas são de difícil diagnóstico na inspeção *post mortem*. Dentre elas, podemos citar: raiva, tétano, botulismo, EEB ou intoxicações por resíduos de pesticidas ou metais pesados.

Para os animais sujeitos à vigilância para EEB, conforme Portaria MAPA nº 651 de 2022, devem ser coletadas amostras em abatedouros para diagnóstico laboratorial destas enfermidades e serem adotados os procedimentos de inutilização da carcaça, partes da carcaça, órgãos, e demais partes animais, comestíveis ou não comestíveis, e os resíduos, de acordo com o previsto na norma.

Quando constatada a existência de doenças de notificação obrigatória, conforme disposto na Instrução Normativa MAPA nº 50 de 2013 e art. 92 do Decreto nº 9.013 de 2017, a ADAPAR deverá ser comunicada, os animais suspeitos deverão ser isolados e o lote será mantido sob observação enquanto não houver definição das medidas epidemiológicas de saúde animal a serem adotadas.

Quando da necessidade da realização de abates de emergência, o MVI deverá:

- a) Observar a identificação da carcaça pelo estabelecimento, respeitando sua rastreabilidade, e sua ordem de entrada na sala de abate;
- b) Identificar no FORM DPAV 015 - FORMULÁRIOS INSPEÇÃO POST MORTEM - DIF os dados do animal, os achados, a destinação e a identificação de “abate de emergência”;
- c) A destinação da carcaça, suas partes e vísceras deve ser dada pelo MVI, em conformidade com o indicado no Decreto nº 9.013 de 2017 e de acordo com os achados, inclusive a termometria dos animais;

d) Deve ser coletado material para análise no âmbito dos programas de saúde animal, de acordo com os procedimentos previstos pelo DSA e Portaria MAPA nº 651 de 2022, além da comunicação oficial destes procedimentos.

Os MERs deverão ser segregados e destinados à incineração ou aterro sanitário ou a outra forma de inutilização de modo a garantir que os mesmos não entrem na cadeia alimentar humana ou animal.

IV - Registros de inspeção ante mortem

Os registros da inspeção *ante mortem* são:

- a) Formulários da inspeção *ante mortem* (FORM DPAV 013 - INSPEÇÃO ANTE MORTEM);
- b) Boletim de Necropsia (FORM DPAV 011 - BOLETIM DE NECRÓPSIA) e Ficha Técnica de Necropsia (FORM DPAV 012 - FICHA TÉCNICA DE NECRÓPSIA) registros das informações dos animais antes da necropsia e diagnóstico final após a sua conclusão;
- c) Ficha de curral (FORM DPAV 01 - FICHA DE CURRAL) – registro das informações referentes à procedência, dados dos animais, data e horário da realização do exame *ante mortem*; e

4. INSPEÇÃO POST-MORTEM

O exame *post mortem* consiste na avaliação da carcaça, das partes da carcaça, das cavidades, dos órgãos, dos tecidos e dos linfonodos, realizado por meio da visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário. Essa inspeção é de suma importância, uma vez que, muitas das lesões e doenças que comumente acometem os animais não são passíveis de diagnóstico no exame *ante mortem*. É executada em locais estratégicos localizados na sala de abate, chamados de linhas de inspeção *post mortem* e no DIF.

Nas linhas de inspeção, todas as vísceras, carcaças e partes das carcaças são examinadas e, na dependência dos achados ou não de lesões, essas peças podem ser liberadas, condenadas na própria linha ou desviadas para o DIF. As peças liberadas seguirão o fluxo normal de abate. As peças condenadas não poderão ser destinadas ao consumo humano. As carcaças e os órgãos que serão desviados para o DIF, bem como o local da lesão, deverão estar identificados por meio de um rigoroso sistema de marcação que possa evidenciar e manter a correlação entre as peças.

É de suma importância a inspeção do sistema linfático, através dos linfonodos, devido a sua característica de resistir por várias horas às alterações *post mortem* e indicam eventuais alterações nas regiões anatômicas através do seu estado de inflamação, servindo como guia para o inspetor.

O abatedouro frigorífico deve dispor das instalações e instrumentos necessários à realização das atividades de inspeção *post mortem*, realizar a identificação de carcaças, vísceras e cabeça durante o abate e prepará-las para o exame nas linhas, além de manter a velocidade de abate adequada à estrutura

local e assegurar a sincronia entre meias carcaças, cabeça e vísceras.

A inspeção *post mortem* é atribuição do MVI, podendo ser assistido por auxiliares de inspeção devidamente capacitados, em conformidade com as devidas competências legais.

I - Sincronia entre carcaça, conjunto cabeça e língua e das vísceras

De acordo com art. 119, do Decreto nº 9.013 de 2017, a correspondência entre as cabeças, carcaças, as partes das carcaças e suas respectivas vísceras devem ser mantidas até o término do exame *post mortem*, sendo que é de responsabilidade do abatedouro frigorífico, a manutenção desta correlação e do sincronismo.

A forma de identificação da lesão e da carcaça, cabeça e vísceras, assim como a correlação utilizada pelo MVI para desvio ao DIF deve facilitar sua visualização e estar contemplada no plano de inspeção.

O abatedouro frigorífico deve garantir a sincronia entre carcaça, cabeça e vísceras, de forma a assegurar que não haja a retirada das mesmas da sala de abate, antes de realizada a completa inspeção pelo MVI.

Para um bom funcionamento dos trabalhos nas linhas de inspeção, é de fundamental importância que exista um procedimento sistemático de marcação das carcaças, das vísceras e das cabeças que forem encaminhadas para o DIF, bem como uma boa comunicação entre os funcionários nas linhas. Esse sistema de marcação também deve identificar de forma precisa o local da lesão encontrada, de forma a facilitar os trabalhos no DIF. Além disso, os locais de inspeção devem dispor de instalações, equipamentos e instrumentos para execução do exame, tais como pias dotadas de esterilizadores, carrinhos para transporte de vísceras, ábacos para marcação das lesões, espaço e iluminação suficientes, entre outros.

O MVI deve verificar diariamente, e sempre que houver suspeita de não conformidades em relação à sincronia entre a carcaça, o conjunto cabeça-língua e as vísceras. O estabelecimento deverá adotar as medidas cabíveis para sua correção.

4.1. TÉCNICA DE INSPEÇÃO NAS LINHAS

O abatedouro frigorífico deve proceder à fase preparatória para a inspeção *post mortem*, a qual consiste em um conjunto de operações que são executadas durante o abate a fim de viabilizar a inspeção das carcaças e dos órgãos pela equipe de inspeção. As carcaças e seus órgãos devem ser apresentados íntegros para a equipe de inspeção, evitando-se a presença de cortes ou outras desfigurações que possam comprometer a eficiência da inspeção.

A fase preparatória é de responsabilidade do abatedouro frigorífico, podendo ser realizada pelo auxiliar de inspeção, desde que, a juízo do MVI, não haja prejuízo à execução da técnica de inspeção.

As linhas de inspeção devem ser distribuídas na sala de abate, em locais que possibilitem as etapas preparatórias e de forma que se previna a contaminação cruzada.

Os achados de inspeção *post mortem* de cada lote de animais devem ser marcados nos ábacos de cada linha e registrados nas respectivas papeletas (FORM DPAV 014 - FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO POST MORTEM).

LINHA	PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO
A1	Inspeção da Glândula Mamária (úbere)
A	Inspeção das patas e lábios
B	Inspeção do conjunto cabeça-língua
C	Cronologia dentária
D	Inspeção do trato gastrointestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero
E	Inspeção do fígado
F	Inspeção dos pulmões e coração
G	Inspeção dos rins
H	Inspeção dos lados externo e interno da parte caudal da carcaça e dos linfonodos correspondentes
I	Inspeção dos lados externo e interno da parte cranial da carcaça e linfonodos correspondentes

Quadro 1: Linhas de inspeção.

Linha A1 - inspeção da glândula mamária

A linha de inspeção da glândula mamária é obrigatória durante o abate de fêmeas. É realizada logo no início do abate para evitar contaminação da carcaça por leite ou conteúdo purulento em caso de mamites.

Em caso de aproveitamento do úbere para fins comestíveis, utilizar o formulário previsto no (FORM DPAV 014 - FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO POST MORTEM, Linha A1).

O exame das glândulas mamárias deve ser realizado na seguinte sequência:

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.
Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro
Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003
Versão 001
Data de emissão: 20/09/2025
Página 315 de 33

- a) Inspecionar visualmente a glândula;
 - b) Efetuar a palpação da glândula;
 - c) Incisar os linfonodos mamários; e
 - d) Incisar o parênquima da glândula.
- e) Quando forem detectadas alterações na glândula mamária que impliquem no desvio ao DIF, a peça acometida deve ser identificada, juntamente com os demais órgãos, cabeça e carcaça correspondentes.

Linha A - inspeção das patas e lábios

A inspeção é feita observando todo o conjunto de patas e lábios quanto a possíveis afecções e lesões vesiculares.

Caso haja o aproveitamento dos mocotós para consumo humano pelo abatedouro frigorífico, deve haver meios de separação entre os condenados e os liberados na linha de inspeção.

Em caso de condenação da carcaça no DIF, as patas e lábios comestíveis devem receber o mesmo destino da carcaça.

A inspeção das patas e lábios deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Lavar as patas e lábios sob o chuveiro ou procedimento alternativo com o objetivo de remover os resíduos de sangue e outras sujidades;
- b) Inspecionar nas patas os espaços periungueais e interdigitais, assim como, nos lábios, as mucosas labiais, o plano nasolabial (“espelho nasal”) e a entrada das narinas, buscando, inclusive, lesões vesiculares ou ulcerativas;
- c) Quando forem detectadas alterações nas patas ou nos lábios, com reflexo na carcaça, as peças acometidas devem ser identificadas para desvio, juntamente com os demais órgãos, cabeça e carcaça correspondentes.

Linha B - inspeção do conjunto cabeça-língua

A inspeção da cabeça deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Inspecionar visualmente todas as superfícies do órgão, cavidade bucal, orifícios e seios frontais;
- b) Incisar sagitalmente os músculos masséteres, de forma extensa e profunda, praticando uma incisão dupla, com movimento único a cada incisão, a fim de expor tanto os masseteres externos quanto os internos;

c) Incisar sagitalmente os músculos pterigóides, praticando uma incisão dupla, se possível, de forma extensa e profunda;

d) Incisar, no sentido longitudinal, os linfonodos parotídeos e retrofaríngeos.

A inspeção da língua deve ser realizada da seguinte forma:

a) Inspecionar visualmente o órgão, massas musculares e tecidos adjacentes;

b) Fazer a palpação do órgão;

c) Incisar longitudinalmente os linfonodos sublinguais e atloidianos, quando presentes.

No caso de detecção de alterações que determinem a remessa desses órgãos para o DIF, a peça acometida e o local da lesão devem ser identificados para desvio, juntamente com os demais órgãos e carcaça correspondentes.

Linha C - cronologia dentária

A linha de inspeção C tem a finalidade classificar os animais abatidos de acordo com uma idade estimada, visando atendimento de requisitos específicos de outros países, de programas específicos de "novilhos jovens e similares" e também como embasamento para os estabelecimentos que, em função de hábitos regionais, façam aproveitamento de produtos comestíveis como: encéfalo, olhos e medula espinhal, desde que não se constituam MER, ou seja, de animais com idade superior a 30 (trinta) meses, conforme parágrafo único do art. 278 do Decreto nº 9.013 de 2017.

Naqueles estabelecimentos que tenham a intenção de produzir para mercados que tenham exigência de classificação ou idade máxima para animais, ou aproveitar produtos comestíveis que podem ser considerados como MER, a linha deve ser realizada de forma separada, com uso de carimbos identificadores nas carcaças para essa exigência ou etiqueta inviolável, respeitando requisitos específicos, devendo serem registrados no formulário FORM DPAV 017 - FORMULÁRIOS DE INSPEÇÃO LINHA C - CRONOLOGIA .

Caso a empresa não tenha interesse nesta produção, a linha C poderá ser dispensada. No entanto, todo produto considerado como MER, incluindo encéfalo, olhos e medula espinhal de animais com idade igual ou inferior a 30 (trinta) meses deverão ser inutilizados conforme determinações do DSA e Portaria MAPA nº 651 de 2022.

Linha D - inspeção do trato gastrointestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero

A inspeção na linha D deve ser realizada da seguinte forma:

d) Inspecionar visualmente e por palpação o conjunto de órgãos, incluindo o útero quando presente;

e) Incisões nos linfonodos da cadeia mesentérica. Incisar longitudinalmente no mínimo dez linfonodos de forma abrangente da cadeia mesentérica;

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.

Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro

Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003

Versão 001

Data de emissão: 20/09/2025

Página 317 de 33

- f) Se necessário, incisão do linfonodo gástrico e pancreático;
- g) Visualização e palpação, e incisão se necessária, no pâncreas e útero;
- h) Visualização, incisão e palpação do baço;
- i) Visualização e palpação da parte muscular (interna e externa) do esôfago;
- j) Visualização e palpação dos intestinos e estômagos, quando necessário.

Nos casos de detecção de alterações que determinem a remessa desses órgãos para o DIF, após identificação do local da lesão, a peça acometida deverá ser desviada juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça e língua correspondentes.

No caso de alteração encontrada em outras linhas de inspeção que impliquem no acometimento da carcaça e suas partes, os órgãos desta linha que não puderem ser desviados ao DIF por questões estruturais ou de procedimentos, poderão ser condenados na própria linha mediante solicitação do estabelecimento e autorização do MVI.

A juízo do MVI, nos casos aplicáveis, poderá ser realizada a separação e desvio para o DIF apenas das partes afetadas, mediante condenação dos demais órgãos na linha de inspeção, obedecendo os critérios de identificação e desvio previstos neste Manual.

A manipulação dos intestinos e estômagos deverá ser realizada de forma a evitar a contaminação de outros órgãos ou partes da carcaça.

Nos casos de acometimento da parte externa de intestinos com conteúdo intestinal e estômagos com conteúdo ruminal, poderá ser permitida a destinação da víscera aos setores de processamento, sem a remoção completa da área contaminada.

Tais casos aplicam-se aos estômagos e intestinos que são submetidos ao tratamento térmico ou salga, sem prejuízo das ações de correção e prevenção no processo, relacionadas à contaminação e higiene das instalações e desde que não haja contaminação de equipamentos em etapas posteriores ou de outras partes ou órgãos.

Os úteros que se apresentem com alterações restritas, sem acometimento da carcaça, como nos casos de endometriose e gestação em estágio inicial, deverão receber destinação na própria linha de inspeção. As alterações que porventura possam levar a acometimento da carcaça ou que necessitem de melhor avaliação pelo MVI, como aumento de volume por metrites e gestação adiantada, devem ser desviadas ao DIF ou o órgão deve ser apresentado em separado.

Linha E - inspeção do fígado

A inspeção do fígado deve ser realizada da seguinte forma:

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.
Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro
Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003
Versão 001
Data de emissão: 20/09/2025
Página 318 de 33

- k) Inspecionar visualmente toda a superfície do órgão;
- l) Fazer a palpação do órgão;
- m) Incisar longitudinalmente os linfonodos hepáticos;
- n) Incisar longitudinalmente os dutos biliares;
- o) Realizar incisões no parênquima do órgão, se necessário; e
- p) Visualização e palpação da vesícula biliar (que poderá ser apresentada destacada do órgão, desde que seja preservada sua correlação com o fígado), realizando incisões se necessário.

A alteração que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverá ser identificada e o fígado, juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça e língua correspondentes, deverão ser desviados para o DIF.

Linha F – inspeção dos pulmões, coração, traquéia e glote

A inspeção do coração deve ser realizada da seguinte forma:

- q) Realizar a incisão do saco pericárdico, expondo a maior porção muscular possível para nova visualização do órgão;
- r) Separar o coração dos pulmões, seccionando os grandes vasos da base;
- s) Fazer a abertura dos ventrículos direito e esquerdo com uma incisão partindo da base até atingir o ápice do coração, de modo a expor as câmaras cardíacas; e
- t) “Desfolhar” (cortar em fatias, sem a sua separação completa) com a faca o músculo cardíaco a partir da base do coração até o seu ápice.
- u) O sangue e seus coágulos devem ser removidos durante a técnica de inspeção para melhor visualização do músculo cardíaco.
- v) A alteração que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deve ser identificada e o coração, pulmões, traquéia e glote juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça e língua correspondentes, devem ser desviados para o DIF.
- w) Nos casos em que for observada contaminação nos pulmões, com contaminação do saco pericárdico, o coração deverá ser inspecionado e posteriormente, igualmente condenado.
- x) A inspeção dos pulmões, traquéia e glote deve ser realizada da seguinte forma:

Inspeccionar visualmente a superfície dos pulmões, da traquéia e glote;

- a) Fazer a palpação dos pulmões;
- b) Incisar longitudinalmente os linfonodos apical direito, traqueobrônquicos, esofagiano e mediastinais;
- c) Incisar a traquéia até a bifurcação dos brônquios, expor a luz bronquial e o parênquima pulmonar.

Linha G - inspeção dos rins

A inspeção dos rins pode ser realizada, seja aderido à carcaça ou na mesa de inspeção (desde que assegurada a correspondência com a carcaça e de modo a prevenir a contaminação cruzada), da seguinte forma:

- a) Inspecionar visualmente o órgão, analisando a sua coloração, aspecto, volume e consistência;
- b) Fazer a palpação do órgão;
- c) Incisar o parênquima renal, se necessário, verificando o estado das camadas cortical e medular.

A alteração que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverá ser identificada e o rim, juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça e língua correspondentes, devem ser desviados para o DIF.

Linha H - inspeção da parte caudal das meias carcaças

A inspeção da parte caudal das meias-carcaças deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Inspecionar visualmente a meia carcaça, girando-a para avaliação completa, observando a sua aparência, cobertura muscular, aspecto, cor e odor;
- b) Verificar se há anormalidades nas articulações, cavidade pélvica, peritônio, superfícies ósseas e musculares expostas;
- c) Verificar se existem contaminações ou afecções circunscritas ou generalizadas;
- d) Incisar com a faca os linfonodos inguinais (ou retromamário na fêmea), pré-crural, ilíaco e isquiático, evitando removê-los, ou mesmo deslocá-los, em virtude de futuras reinspeções que possam vir a ser feitas;
- e) Inspecionar visualmente a cauda;
- f) Inspecionar os testículos, quando existentes;
- g) Nos casos em que ocorrer a inspeção do úbere nesta linha (fêmeas nulíparas, mediante autorização do MVI), o registro deverá ser realizado no (FORM DPAV 014 - FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO POST MORTEM, LINHA A1).

Achados que possam ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos devem ser identificados e a carcaça, juntamente com os demais órgãos e conjunto cabeça e língua correspondentes, devem ser desviados para o DIF.

Linha 1 - inspeção da parte cranial das meias carcaças

A inspeção da parte cranial das meias carcaças deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Inspecionar visualmente a meia carcaça, girando-a para avaliação completa, observando a sua aparência, cobertura muscular, aspecto, cor e odor;
- b) Verificar se há anormalidades nas articulações, superfícies ósseas e musculares expostas;
- c) Verificar se existem contaminações ou afecções circunscritas ou generalizadas;
- d) Verificar a existência de aderências entre as pleuras visceral e parietal em consequência de afecções pulmonares;
- e) Incisar com a faca os linfonodos pré-peitorais e pré-escapulares, evitando removê-los em virtude de futuras reinspeções que possam vir a ser feitas;
- f) Inspeção do diafragma;
- g) Inspecionar o ligamento cervical, liberando-o para permitir melhor visualização.

Técnicas de inspeção do diafragma:

Quando o diafragma for apresentado separado da carcaça, devem ser retiradas as membranas que o recobrem, realizar a visualização de sua musculatura em ambas as faces e assegurar sua correlação com sua respectiva carcaça;

Quando o diafragma for apresentado aderido a carcaça, deve ser seccionada uma das faces da membrana que o recobre, seguida de seu rebatimento. A musculatura do diafragma deve receber incisões longitudinais de forma que haja a exposição de toda a musculatura interna; ou

Para aqueles casos em que, por opção do abatedouro, o músculo seguirá para seu aproveitamento na seção de Desossa, pode ser seccionado a face frontal da membrana que recobre o diafragma, seguida do seu rebatimento e visualização, desprendimento de suas inserções superiores, sendo seguido de seu rebatimento e nova visualização desta face posterior, de modo que o diafragma fique preso e siga juntamente com a carcaça:

h) o abatedouro faz a primeira secção e exposição da face frontal; posteriormente o MVI faz a visualização desta face e depois faz o desprendimento das inserções superiores e rebate a musculatura superior do diafragma, de forma que ele “caia”, permitindo fazer nova visualização da face posterior do diafragma.

Os procedimentos de remoção de reação vacinal/ pequenos abscessos devem ser realizados pelo MVI, na linha de inspeção, ou podem contar com o apoio operacional da empresa, sempre que se tratar de situações de elevada ocorrência e impacto nos trabalhos da inspeção, situação análoga às contaminações decorrentes do processo de abate. Nos casos em que o procedimento for executado pela empresa, deve sempre haver uma revisão por parte do MVI. Essa revisão pode ser na própria linha I, logo após os procedimentos realizados pelo colaborador da empresa ou em uma etapa posterior, desde que haja a possibilidade de desvio para o DIF e sendo realizada posteriormente à primeira avaliação visual da parte cranial da meia carcaça pelo SIF e incisão dos linfonodos pré-peitorais e pré- escapulares.

Achados que possam ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos devem ser identificados e a carcaça, juntamente com os demais órgãos e conjunto cabeça e língua correspondentes, devem ser desviados para o DIF.

4.2. CARIMBAGEM

As meias carcaças julgadas como aptas ao consumo humano, após as etapas de preparação e inspeção *post mortem*, devem receber carimbo oficial no quarto dianteiro, no quarto traseiro, na ponta de agulha e no lombo, de forma a demonstrar que foram inspecionadas, além de identificação que garanta a sua rastreabilidade.

5. DIF

O DIF destina-se à recepção das carcaças, cabeças e órgãos desviados das linhas de inspeção.

O julgamento e o destino das carcaças, das partes das carcaças e dos órgãos são atribuições do MVI.

A primeira providência antes do exame das peças é a verificação da manutenção da correlação entre os órgãos, a cabeça e a carcaça. A segunda é o conhecimento da localização e da natureza da causa que motivou o envio das peças para o DIF.

Em todas as etapas, durante a reinspeção e a toalete sanitária, deve se proceder à esterilização dos instrumentos a cada operação, prevenindo a contaminação cruzada.

O MVI deverá registrar os dados referentes às carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, em formulário oficial (FORM DPAV 015 - FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO POST MORTEM - DIF).

Uma vez no DIF, as carcaças e órgãos desviados serão ali reinspecionados e julgados pelo MVI, recebendo em seguida a devida destinação, em função da causa e dos requisitos legais em vigor. As principais destinações são: liberação sem restrição para o consumo em natureza, condenação total ou parcial e aproveitamento condicional, conforme disciplinado no Decreto nº 9.013 de 2017.

O MVI deverá analisar os achados e correlacioná-los com eventuais outras patologias, efetuando os exames complementares necessários de acordo com a suspeita e histórico do lote, para embasar a destinação da carcaça, órgãos e demais partes acometidas, de modo a prevenir o risco à saúde pública.

4.3. Técnica de inspeção no DIF

Inspeção do conjunto cabeça-língua

A inspeção da cabeça deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Verificar as superfícies musculares expostas pelas incisões praticadas nos masséteres e pterigóideos e efetuar novas incisões nos mesmos, se necessário, para ampliar a pesquisa sobre cisticercose;
- b) Realizar novas incisões nos linfonodos retrofaríngeos, parotidianos e na glândula parótida, se necessário;
- c) Observar as superfícies ósseas expostas; e
- d) Inspeccionar os orifícios naturais e aqueles deixados por seções na cabeça.

A inspeção da língua deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Inspeccionar visualmente a língua e tecidos adjacentes;
- b) Efetuar a palpação do órgão;
- c) Inspeccionar as glândulas salivares, incisando-as, se necessário;
- d) Realizar uma revisão da inspeção dos linfonodos sublinguais e atloidianos, incisando-os, se necessário; e
- e) Realizar cortes longitudinais na musculatura lingual, pela face ventral, quando pesquisar por cisticercos.

Inspeção dos pulmões e coração

A inspeção do coração deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Revisar a inspeção interna do coração executada na linha F;
- b) Fixar o coração em gancho próprio para o exame;
- c) Incisar o músculo cardíaco de forma mais extensa e profunda, preferencialmente de forma transversal, de maneira a retalhá-lo a uma extensa (s) lâmina (s) fina (s) e contínua (s), ou outro procedimento que propicie a maior área possível de exame quando se pesquisar cisticercos; e

d) Buscar, na superfície exposta, alterações e a possível presença de parasitas.

A inspeção dos pulmões e da traquéia deve ser realizada da seguinte forma:

e) Revisar a inspeção de todos os linfonodos já incisados nas linhas de inspeção, incisando-os novamente, se necessário;

f) Inspecionar a superfície dos pulmões, com especial atenção ao lobo apical;

g) Efetuar a palpação e as incisões no parênquima pulmonar, bem como inspecionar os brônquios.

Inspeção do fígado

A inspeção do fígado deve ser realizada da seguinte forma:

a) Inspecionar as faces e bordas, através da inspeção visual e da palpação, avaliando o volume, a consistência, o aspecto e a coloração;

b) Inspecionar os linfonodos retrohepático, pancreático e periportais;

c) Realizar uma incisão transversal e a espremedura dos dutos biliares;

5. Fazer a palpação e a incisão da vesícula biliar, se necessário e se estiver presente;

5.1. Realizar incisões profundas e extensas no órgão, de modo a retalhá-lo em extensas lâminas finas e contínuas quando se pesquisar pela presença de parasitas ou outras alterações.

Inspeção do trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero

A inspeção do conjunto constituído pelo trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero deve ser realizada da seguinte forma:

a) Realizar a inspeção visual de todo o conjunto de órgãos;

b) Efetuar a palpação dos intestinos e pâncreas, caso presente;

c) Se os intestinos forem o foco da lesão, proceder à verificação da extensão dela, praticando incisões em outros linfonodos da cadeia mesentérica;

d) Realizar a palpação do esôfago, da vesícula urinária e do útero quando presentes;

e) Realizar uma incisão longitudinal no esôfago e avaliar criteriosamente as faces interna e externa, quando se buscar por parasitas e outras alterações;

f) Efetuar a palpação do baço, avaliando seu aspecto, volume, sua coloração e consistência;

g) Efetuar incisões longitudinais no parênquima do baço;

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.

Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro

Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003

Versão 001

Data de emissão: 20/09/2025

Página 324 de 33

h) Se necessário, inspecionar os estômagos, caso presentes, que foram desviados ao DIF, realizando incisões nos linfonodos gástricos, se necessário.

Inspeção da carcaça

A inspeção da carcaça deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Avaliar o estado geral, estado de nutrição e coloração, observando o panículo adiposo;
- b) Inspecionar o estado das serosas;
- c) Avaliar articulações e superfícies ósseas (esternébras, vértebras, costelas, cartilagem xifóide etc.);
- d) Avaliar a coloração da medula espinhal, em busca de icterícia e melanose;
- e) Efetuar a abertura dos vasos superficiais para observação da cor do seu endotélio, se presente a icterícia;
- f) Efetuar incisões no diafragma e em seus pilares, em busca da presença de cisticercos;
 - No caso da pesquisa de cisticercos, realizar a inspeção dos locais de eleição e na carcaça correspondente de acordo com o grau de infecção, conforme procedimentos definidos pelo DIPOA;
 - Revisar todos os linfonodos já incididos nas linhas de inspeção, incidindo ainda mais, se necessário, os linfonodos poplíteos, supra esternal, costocervical e subescapulares (axilares), entre outros.

Inspeção dos rins

A inspeção dos rins deve ser realizada da seguinte forma:

- a) Avaliar o volume, a consistência, o aspecto e a coloração do órgão;
- b) Efetuar uma incisão longitudinal no órgão, se necessário, para observação das camadas cortical e medular e do bacinete;
- c) Inspecionar visualmente as glândulas suprarrenais.

5.2. Principais causas de desvio para o DIF

Inspeção na presença de linfadenites

Em caso de presença de linfadenite o FDA ou MV deverá proceder da seguinte forma para atendimento ao art. 160 do Decreto nº 9.013 de 2017:

- a) Pesquisar a área de drenagem do linfonodo atingido;
- b) Verificar os linfonodos eferentes para fins de delimitação da área acometida;

c) Identificada a causa da alteração, a área atingida deve ser removida, dando destinação à carcaça conforme a sua apresentação (acometimento).

Inspeção na presença de cisticercose

Em caso de presença de cisticercose o MVI deverá proceder da seguinte forma para atendimento do art. 185 do Decreto nº 9.013 de 2017:

Nos locais de eleição (músculos da mastigação, língua, coração, diafragma e seus pilares, esôfago e fígado):

- a) Realizar várias incisões longitudinais de modo a expor a maior área possível para pesquisa de cistos;
- b) Condenar o local acometido.

5. Na carcaça:

a) Em caso de achados de cistos em quantidade inferior ao previsto no inciso I do §1º do art. 185 do Decreto nº 9.013 de 2017 (quatro cistos em locais de eleição examinados na linha de inspeção: músculos da mastigação, língua, coração, diafragma e seus pilares, esôfago e fígado) não há necessidade de pesquisa na carcaça visto que a destinação já é o tratamento condicional pelo uso do frio ou calor;

b) Em caso de achados de cistos em quantidade igual ou superior ao previsto no inciso I do §1º do art. 185 do Decreto nº 9.013 de 2017 (quatro ou mais cistos em locais de eleição examinados na linha de inspeção: músculos da mastigação, língua, coração, diafragma e seus pilares, esôfago e fígado), deve ser realizada a pesquisa nos quartos dianteiro e traseiro com cortes múltiplos e profundos, onde a destinação será dada conforme a quantidade de cistos encontrados na carcaça.

Inspeção na presença de abscessos

Em caso de carcaça, cabeça e/ou órgãos, desviados por presença de abscessos, para atendimento ao art. 134 do Decreto nº 9.013 de 2017, o MVI deverá avaliar a sua localização, extensão e quantidade, procedendo a:

a) Condenação:

- Para carcaças com repercussão e/ou alterações, incluindo caquexia, decorrentes de abscessos múltiplos em órgãos ou em partes da carcaça;
- Para carcaças contaminadas por material purulento.

b) Aproveitamento Condicional:

- Para carcaças com abscessos múltiplos em órgãos ou em partes da carcaça, mas sem alterações relevantes no estado geral da carcaça removendo as áreas atingidas;

- Para carcaças com abscessos múltiplos nos pulmões.

c) Liberação: para o caso de abscessos localizados, ou mesmo múltiplos em um único órgão (exceção aos pulmões), sem repercussão nos linfonodos ou no estado geral da carcaça. Nesse caso, deve-se remover as áreas/órgãos atingidos.

Inspeção na presença de lesões pulmonares

Em caso de presença de lesões pulmonares, para atendimento ao art. 136 do Decreto nº 9.013 de 2017, o MVI deverá avaliar a forma, apresentação e extensão dos achados procedendo a:

- a) Condenação: para o caso de afecções extensas no tecido pulmonar com comprometimento da carcaça (incluindo abscesso);
- b) Aproveitamento Condicional: para o caso de afecções em processo de resolução, com exsudato e com repercussão nos linfonodos, mas sem repercussão no estado geral da carcaça, removendo as áreas atingidas;
- c) Liberação: para o caso de aderências pleurais sem exsudato e sem repercussão nos linfonodos. Nesse caso, deve-se remover as áreas atingidas.

Inspeção na presença de suspeita de tuberculose

Observa-se que a suspeita por achados macroscópicos é confirmada somente pelo diagnóstico laboratorial.

Nos casos suspeitos de tuberculose devem-se aplicar todos os procedimentos referentes ao destino das carcaças, independentemente da coleta e do resultado laboratorial.

Após o resultado laboratorial, pode-se, então, confirmar ou retificar o diagnóstico macroscópico e registrar esse fato nas planilhas correspondentes à data da ocorrência.

Em caso de lesões sugestivas de tuberculose, para atendimento ao art. 171 do Decreto nº 9.013 de 2017, o MVI deverá proceder da seguinte forma:

- a) Condenação:

- para carcaças acompanhadas de caquexia;
- para carcaças que apresentam lesões tuberculosas nos músculos, nos ossos, nas articulações ou nos linfonodos que drenam a linfa dessas partes;
- para carcaças que apresentam lesões caseosas concomitantes em órgãos ou serosas do tórax e do abdômen;
- para carcaças que apresentam lesões miliares ou perláceas de parênquimas ou serosas;

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.

Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro

Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003

Versão 001

Data de emissão: 20/09/2025

Página 327 de 33

- para carcaças que apresentam lesões múltiplas, agudas e ativamente progressivas, identificadas pela inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;
- para carcaças que apresentam linfonodos hipertrofiados, edemaciados, com caseificação de aspecto raiado ou estrelado em mais de um local de eleição;
- para carcaças que apresentam lesões caseosas ou calcificadas generalizadas, e sempre que houver evidência de entrada do bacilo na circulação sistêmica.

As lesões de tuberculose são consideradas generalizadas quando, além das lesões dos aparelhos respiratório, digestivo e de seus linfonodos correspondentes, são encontrados tubérculos numerosos distribuídos em ambos pulmões ou são encontradas lesões no baço, nos rins, no útero, no ovário, nos testículos, nas cápsulas suprarrenais, no cérebro e na medula espinhal ou em suas membranas.

b) Aproveitamento Condicional:

Os achados devem estar mais localizados e limitados a linfonodos de um órgão ou no máximo a uma mesma cavidade. Nesse caso, deve-se remover as áreas/órgãos atingidos.

Aplicado no caso de carcaças de animais reagentes positivos a teste de diagnóstico para tuberculose, desde que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I a VIII do caput do art. 171 do Decreto nº 9.013 de 2017.

c) Liberação:

Pode ser realizada a liberação quando há apenas uma lesão discreta em um único órgão ou linfonodo e já esteja completamente calcificada. Nesse caso, deve-se remover as áreas atingidas.

d) Esterilização pelo calor.

Inspeção na presença de lesões sugestivas de brucelose

Observa-se que o abate de animais soropositivos para brucelose é permitido, desde que haja a separação dos lotes.

Em caso de lesões sugestivas de brucelose ou de animais reagentes, para atendimento ao art. 138 do Decreto nº 9.013 de 2017, o MVI deverá proceder da seguinte forma:

- a) A destinação é dada de acordo com os achados nas linhas de inspeção e no DIF; e
- b) A liberação é normal quando não se tem nenhum achado.

Na inspeção *post mortem* ou em caso de lesão localizada, sem comprometimento sistêmico, desde que condenados os órgãos, o úbere, o trato genital e o sangue.

Procedimentos de Inspeção em caso de ocorrência de evisceração retardada

O MVI deve avaliar se os programas de autocontrole contemplam procedimentos tais que visem prevenir ocorrências de evisceração retardada, bem como medidas a serem adotadas quando de eventuais casos.

Também é importante verificar as condições oferecidas pelo abatedouro para viabilizar a avaliação das carcaças pelo MVI, quando do caso.

As carcaças sob evisceração retardada devem ser desviadas para inspeção no DIF, onde serão avaliadas as suas características organolépticas, como coloração, odor ou outras alterações visíveis. No caso da constatação de alterações evidentes, devem ser estabelecidas restrições ao aproveitamento dos produtos na forma em que se apresentam.

Quando julgado necessário, deverá ser considerada a aplicação do art. 495 do Decreto nº 9.013 de 2017.

O tempo total de 150 minutos decorridos desde a sangria até a evisceração é um parâmetro indicado por trabalhos científicos para caracterizar a evisceração retardada, porém considerando as diversas variáveis que influenciam tanto no processo como nas carcaças, como temperatura da sala de abate, condições estruturais e procedimentos operacionais do abatedouro, assim como as características dos animais abatidos, é possível que ocorram alterações que indiquem restrições em tempo inferior, no qual as ações devem ser direcionadas principalmente para a preservação da inocuidade do produto e da saúde pública.

5.3. DESTINAÇÃO, PADRONIZAÇÃO DE CORTES E CARIMBOS OFICIAIS NO DIF

Após a inspeção final da carcaça, suas partes e vísceras, o MVI deve formar seu juízo e aplicar a destinação conforme previsto no Decreto nº 9.013 de 2017:

- I - Liberação;
- II - Aproveitamento Condicional;
- III - Condenação Parcial, ou;
- IV - Condenação Total.

Independente da destinação, os achados devem ser registrados no formulário de inspeção *post mortem* do DIF (FORM DPAV 015 - FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO POST MORTEM - DIF).

Destinações mais restritas por opção ou por ausência de estruturas que permitam o tratamento indicado somente podem ser realizadas caso solicitado formalmente pelo abatedouro frigorífico.

Deve-se registrar no campo de observações do formulário a motivação da destinação mais restrita. Contudo, nos mapas estatísticos deve constar a destinação pertinente.

As carcaças destinadas ao aproveitamento condicional devem ser identificadas da seguinte forma:

- a) Carcaças destinadas à salga: São identificadas com uma incisão transversal nos músculos da face posterior do antebraço e anterior da perna e uma incisão dupla em forma de “X” no filé mignon;
- b) Carcaças destinadas ao tratamento condicional pelo calor: São identificadas com duas incisões profundas em forma de “C”, praticadas, respectivamente, no coxão duro e na região braço-paleta. São ainda realizadas incisões no patinho, coxão mole, lombo e filé mignon.

Toda carcaça destinada ao aproveitamento condicional ou condenação, deve ter o MER removido, segregado e destinado pelo estabelecimento de acordo com o previsto em seus planos de autocontrole.

6. As carcaças deverão receber os carimbos oficiais de acordo com sua destinação, conforme disposto no RIISPOA.

Aproveitamento condicional

Nos casos de destinação das carcaças ao aproveitamento condicional, podendo ou não integrar suas partes ou vísceras, a critério do MVI, após a etapa de identificação (carimbagem e cortes) realizada no DIF, as carcaças, após sua lavagem, são destinadas à câmara de resfriamento de sequestro e, partir desta etapa, o abatedouro frigorífico deve apresentar ao MVI os registros e controles de cada etapa do processo de destinação de acordo com o julgamento.

Todas as meias carcaças que foram sequestradas pelo MVI devem receber identificação de acordo com o destino. Essa identificação pode ser realizada através de várias formas, desde que contenham, no mínimo, as informações referentes à data de abate, número sequencial, lote da carcaça e destino definido pelo MVI e (esta forma de identificação) seja devidamente descrita no plano de inspeção.

O estabelecimento deve comunicar ao MVI a programação de desossa das meias carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, e deve gerar registros auditáveis sobre a desossa, embalagem, estocagem e expedição dos produtos oriundos das meias carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, considerando as datas de abate e desossa.

Sempre que houver produção, o estabelecimento deve comunicar e entregar os respectivos registros ao MVI, para verificação e confronto dos dados gerados com as anotações referentes ao dia do abate e sequestros realizados.

O MVI deve sempre verificar os seus registros e comparar com os controles apresentados pelo estabelecimento quanto a rastreabilidade, fluxo, segregação e embasamento para certificação. Os controles do abatedouro devem ser arquivados juntamente às planilhas do DIF.

Descongelamento técnico (aproveitamento condicional pelo frio)

Os cortes oriundos das carcaças de bovinos, búfalos e pequenos ruminantes que sofreram tratamento condicional pelo frio podem ser comercializados na forma resfriada desde que sejam submetidos, no

mesmo estabelecimento, ao procedimento de descongelamento técnico previamente.

O procedimento de descongelamento técnico é um processo controlado, devendo ser realizado em sala específica e adequada estruturalmente para esse fim (sala de equalização), estar baseado em premissas técnico-científicas e descrito nos programas de autocontrole dos estabelecimentos e no respectivo registro do produto.

As meias carcaças destinadas ao aproveitamento condicional pelo tratamento pelo frio, após a etapa de identificação (carimbagem e cortes) serão sequestradas/segregadas pelo MVI, mas devem ser manipuladas com os mesmos cuidados/procedimentos de manipulação das meias carcaças do abate normal, tanto antes do tratamento pelo frio, como após o mesmo (desossa). Elas devem ser segregadas das meias carcaças destinadas às demais formas de aproveitamento condicional, tanto nas câmaras de resfriamento quanto na desossa, mantendo-se todos controles do tratamento pelo frio.

Os MVI deverão prever em seus planos de inspeção a verificação dos procedimentos, de modo a contemplar a verificação dos procedimentos de acordo com a frequência prevista estabelecida pela DPAV referente a verificação oficial de elementos de controle.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS AUXILIARES DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS SOB REGIME DE INSPEÇÃO PERMANENTE

O treinamento dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Auxiliares de Inspeção, denominados “equipe”, deverá ser executado conforme o Programa de Treinamento próprio e específico de cada matadouro.

Este programa de treinamento deverá contemplar:

- a) Programa escrito;
- b) Programação anual;
- c) Material teórico; e
- d) Registros auditáveis dos treinamentos.

O Programa escrito deverá estar alinhado ao Programa Geral, normas e diretrizes específicas da DPAV. A programação anual deverá seguir a seguinte frequência mínima:

- a) Semestral - Conteúdo teórico; e
- b) Anual - Avaliação prática.

O material teórico deverá contemplar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

Elaboração: Carlos Henrique Siqueira Amaral.
Verificação: Mariza Koloda Henning, Elza de Moraes, Analuiza Borges
Castro
Aprovação: Gizela P. Diomedes Bescorovaine

MAN DPAV/003
Versão 001
Data de emissão: 20/09/2025
Página 331 de 33

a) Inspeção *post mortem*; e

b) Revisão completa de todas as linhas de inspeção, com enfoque nos aspectos teóricos incluindo as principais doenças detectáveis, suas possíveis repercussões em saúde pública, destinação e aproveitamento condicional, quando couber.

Consideram-se registros auditáveis dos treinamentos a relação nominal de palestrantes e ouvintes, com datas, horários e descrição do assunto abordado, além do material ministrado.

Os treinamentos teóricos deverão ser ministrados para todos os novos integrantes da equipe e as reciclagens deverão ocorrer em frequência mínima semestral.

Quanto a avaliação prática, após o treinamento inicial dos integrantes da equipe e de estes integrantes serem considerados plenamente aptos a exercer a função, os mesmos deverão ser avaliados no mínimo anualmente, até o dia 31 de outubro de cada ano, usando o modelo de avaliação constante do FORM DPAV 016 - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO.

A avaliação original deverá ser arquivada na sala da Inspeção e estar à disposição, de forma organizada, para auditorias e fiscalizações.

Como parte da avaliação da equipe, o MVI deverá realizar uma verificação de carcaças/miúdos que já passaram pela linha de inspeção, a fim de observar se os procedimentos desenvolvidos na linha estão sendo executados de forma adequada. A verificação deverá ser realizada a cada avaliação individual.

No caso de detecção de falhas durante a avaliação prática, devem ser adotadas ações para adequação do trabalho do integrante da equipe, incluindo a correção imediata do procedimento e o reforço do treinamento se forem observados desvios repetitivos ou bovinos, búfalos e pequenos ruminantes.

Os procedimentos descritos acima devem ser registrados conforme o FORM DPAV 016 - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO.

Os certificados de conclusão de treinamentos externos, cedidos para os integrantes da equipe da inspeção, incluindo para MVI, deverão ser mantidos em arquivo (digital e físico) de forma organizada na sala da Inspeção.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este manual possui caráter orientativo, sendo destinado aos agentes que atuam na inspeção em estabelecimentos registrados no DPAV/DDA/ADAPAR, tendo sido elaborado a partir da base legal vigente.

8. DOCUMENTOS RELACIONADOS

FORMULÁRIO	IDENTIFICAÇÃO
FORM DPAV 010	FICHA DE CURRAL
FORM DPAV 011	BOLETIM DE NECROPSIA
FORM DPAV 012	FICHA TÉCNICA DE NECROPSIA
FORM DPAV 013	FORMULÁRIOS INSPEÇÃO <i>ANTE MORTEM</i>
FORM DPAV 014	FORMULÁRIOS INSPEÇÃO <i>POST MORTEM</i> - LINHAS
FORM DPAV 015	FORMULÁRIOS INSPEÇÃO <i>POST MORTEM</i> - DIF
FORM DPAV 016	FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AUXILIARES DE INSPEÇÃO
FORM DPAV 017	FORMULÁRIOS INSPEÇÃO LINHA C - CRONOLOGIA